



## **B5-301 Agroecologia, soberania alimentar e saberes tradicionais na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru<sup>1</sup>**

José Aparecido Lima Dourado

### **Resumo:**

O campo brasileiro vivenciou desde os anos de 1980 um intenso processo de modernização agrícola, com a expansão do grande capital voltado para a produção de commodities e o crescente ofuscamento da agricultura camponesa baseada no trabalho familiar. Em decorrência desse fenômeno, muitas das práticas e saberes dos povos tradicionais foram sendo esquecidos e/ou descaracterizados ou subjugados à marginalidade, ante aos discursos enviesados que servem a um poder hegemônico. Desde os anos de 1990, temas como agroecologia (caporal, paulus, e costabeber, 2009; guzman, 2004 e costa neto, 2008) e soberania alimentar passaram a ser incorporados aos debates relacionados à questão agrária latino americana, como resultado dos diversos movimentos de resistência à lógica moderno-expansionista do grande capital em seu afã para assumir o controle das sementes, da terra e da água. Nesse sentido, a agroecologia passa a ser considerada como uma estratégia anticapital, colocando em evidência a necessidade de fazer o enfrentamento aos ditames dos conglomerados agroalimentares.

### **Descripción de la experiencia**

De antemão, gostaríamos de fazer um alerta ao leitor (na verdade, trata-se mais de um posicionamento político) em relação à abordagem que ora apresentamos sobre Agroecologia, pois temos a preocupação em romper com o estigma de que o debate acerca desse tema seria algo fundamentado por arcaísmos imaculados, atrasados, e cuja factibilidade seria inconcebível no contexto da sociedade moderno-industrial, caracterizada pelas redes de comunicação, informação e fluxos intensos de capitais e pessoas. Partimos do pressuposto de que essa discussão se constrói a partir dos antagonismos entre modelos civilizatórios distintos, cuja materialidade e conteúdo revelam, por um lado, o protagonismo da lógica globalizante neoliberal, do poder exercido pelo progresso tecnoeconômico e, em contraposição, estão os movimentos antiglobalização econômica, encabeçados pelos movimentos sociais de resistência no campo. Esses apresentam a Agroecologia como um projeto político, e além de tê-la como enfrentamento ao modelo de desenvolvimento atual, eles a têm, também, como forma de territorialização do campesinato. Nossa opção por defender a Agroecologia é, portanto, uma opção pela agricultura camponesa.

É por meio da relação entre Agroecologia e soberania alimentar, enquanto elementos importantes da luta anticapital, que queremos atrair interlocutores para estabelecer um diálogo crítico acerca das ideias que ora socializamos. Trata-se, na verdade, de um esforço teórico-analítico, no sentido de colocar nossas impressões/leituras sobre o assunto sob o crivo da crítica, de modo a nos possibilitar estabelecer as fronteiras discursivas dos resultados iniciais das pesquisas em andamento. Embora não seja nosso objetivo neste trabalho, estamos atentos às implicações decorrentes da reestruturação produtiva do capital, cujos desdobramentos têm impactos sobre o assunto que tratamos neste texto, pois esse processo redefine as formas de expressão do trabalho, tanto no campo quanto na

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos junto às comunidades rurais dos municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, ambos localizados na microrregião do Alto Solimões, oeste do estado do Amazonas, Brasil.



cidade, fato que exige de nós uma abordagem cuidadosa em relação ao mesmo, de modo a fugir de uma leitura fragmentada.

A realidade do campo brasileiro é diversa, complexa e convive, desde a década de 1970, com a consolidação da “Revolução Verde”, em que se destaca o dipolo moderno/produtivo *versus* atrasado/improdutivo – demonstrando as disputas políticas e de classes materializadas na questão agrária. Cabe mencionar a intencionalidade e ideologia implícitas nessa dualidade, estabelecida no cerne da expansão do agronegócio, pois o moderno está pautado no uso de técnicas e modelos (ou seja, privilegiando a acumulação por espoliação) em detrimento do atrasado, adjetivo atribuído à agricultura voltada para o autoconsumo, predominantemente centrada em práticas tradicionais de cultivo, no trabalho familiar, nos agrossistemas e na economia de ciclos curtos. Esse modelo de desenvolvimento rural, baseado na expansão agroindustrial, é altamente excludente e destruidor dos recursos naturais. Teubal (2008, p. 140) define o agronegócio como

[...] um modelo cujo modo de funcionamento global, com predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a essa especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração.

Os argumentos discursivos utilizados para sustentar o agronegócio favorecem significativamente a sua inserção social, sem que haja maiores processos de rejeição por parte da sociedade como um todo. Houve, sob nossa perspectiva, uma domesticação do conhecimento e da realidade social no tocante à própria função da terra e do trabalho com a terra, visto que, cada vez mais, a produção de alimentos perde espaço para a produção de *commodities* agrícolas e agrocombustíveis. Os discursos governamentais e do grande capital objetivam tornar opaca e silenciosa a existência da produção familiar camponesa que se encontra entrincheirada entre um presente de expansão das monoculturas e um futuro de subjugação aos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros (THOMAZ JUNIOR, 2010) que avançam no controle das sementes, dos insumos químicos, das terras e da água.

No Brasil, as culturas com maior destaque e para onde verte a atenção do governo – aquelas utilizadas como exemplo para demonstrar o “progresso” e o “desenvolvimento” do campo – são justamente as que atendem às demandas externas, como é o caso da soja, do eucalipto, da cana-de-açúcar, da laranja, entre outras. A soja tem sido o carro-chefe do agronegócio brasileiro, e o Brasil vem assumindo a responsabilidade de se consolidar como o país provedor de alimentos para o mundo, numa típica e ufanista concepção constituída a partir da “territorialidade moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288), onde o lugar que produz não significa, necessariamente, o lugar que consome.

Nesse sentido, cabe pensar qual o papel da agricultura camponesa nesse limiar de século XXI, em que os desafios são diversos e multiescalares, exigindo dos camponeses a necessidade de organização e fortalecimento para enfrentar os problemas e as armadilhas, frutos dos discursos e das práticas do Estado em consonância com o grande capital. Alertamos, todavia, que fazer esta reflexão não é uma tarefa fácil, porque o *marketing* do campo moderno e produtivo na perspectiva do agrohíbrido (THOMAZ JUNIOR, 2009, 2010; DOURADO, 2011) subverte a própria concepção e forma de pensar o papel da agricultura camponesa. Dessa forma, ele cria e dissemina novas epistemologias, que pulverizam e fragilizam ainda mais a produção familiar voltada para os mercados locais. Mesmo com as crescentes cifras de recursos alocados em *marketing* político-ideológico, o agronegócio já não consegue esconder os efeitos deletérios da apropriação desmesurada



da natureza e do trabalho humano. Por trás do agrohidronegócio há uma urdidura que sustenta o seu insustentável *modus operandi*, de maneira a moldar as ações do Estado, no sentido deste criar os mecanismos (financiamento e infraestrutura) para viabilizar a territorialização e a monopolização do território pelo capital. Após esse introyto, cremos ter preparado o “terreno” para tratar da relação entre a Agroecologia e a soberania alimentar no contexto das políticas públicas implementadas no campo brasileiro, de modo a contribuir com o debate acerca dessa temática a partir da realidade amazônica, mais especificamente da microrregião do alto Solimões, localizada na porção Oeste do estado do Amazonas. Trata-se de uma região caracterizada pela agricultura camponesa, intrinsecamente atrelada ao regime do rio Solimões, visto que as áreas de vazante são utilizadas para o cultivo de diversas lavouras, como a mandioca, a banana, hortaliças e verduras.

Assim sendo, nosso objetivo é refletir sobre a ligação entre a agroecologia e a soberania alimentar, a partir da realidade amazônica, com vista a problematizar as particularidades regionais a serem consideradas ao se tratar da temática, visto que, no Brasil, o fortalecimento do debate sobre o assunto dá-se no contexto da transição agroecológica, principalmente nas regiões/locais, onde os movimentos sociais de luta pela terra (MST e Via Campesina, entre outros) têm atuação marcante. No cenário amazônico, especificamente, na microrregião do alto Solimões, não é cabível falar em transição, posto que o pacote tecnológico da “Revolução Verde” ainda está por chegar, ou foi introduzido de maneira incipiente por meio dos herbicidas, das roçadeiras<sup>2</sup> e das sementes industrializadas. Nessa região não há a ocorrência de grandes propriedades, sendo que a maioria das áreas ocupadas pelos agricultores camponeses não possuem titulação, muito embora as famílias já estejam nas terras há muito tempo.

Destrinchar as relações que permeiam o tema Agroecologia não é tarefa das mais fáceis, porque envolve elementos políticos, sociais e culturais, sejam eles “velhos” ou “novos”, tornando a leitura da realidade complexa. Interessam-nos as manifestações geográficas acerca do assunto, pois esse não é campo exclusivo da ciência geográfica. A Agroecologia é um tema interdisciplinar, estando no horizonte de análise dos geógrafos, biólogos, sociólogos, agrônomos, entre outros, envolvendo uma trama de relações, formas e sentidos. Assim, temos desde uma visão mais técnica/agronômica até uma visão voltada para as práticas e saberes tradicionais envolvendo o trabalho com/na terra, sendo esses expressos inclusive pela cultura. Isso evidencia a necessidade de termos o cuidado ao analisar/descrever os fatos e/ou fenômenos para não incorreremos no risco de tomar como verdadeiro o que é só aparência, pois cada indivíduo, devido às suas experiências de mundo e perspectivas teórico-metodológicas, interpreta a realidade de forma diferenciada.

Ao analisar a agricultura camponesa praticada na microrregião do alto Solimões, vemos que os princípios agroecológicos são predominantes, que o trabalho na/com a terra está alicerçado em *saberes e fazeres* decorrentes das experiências cotidianas, adquiridas por meio do convívio social entre aqueles que vivem no campo. Caracterizada pelos policultivos, a agricultura local está organizada para atender à demanda local de alimentos, com a produção de mandioca, banana, milho, feijão, hortaliças, verduras e frutas, culturas, essas, desenvolvidas, principalmente, nas áreas de vazante do rio Solimões e de seus afluentes. Esse fato revela a sabedoria e o conhecimento do camponês sobre a realidade na qual está inserido, buscando aproveitar ao máximo os benefícios e recursos naturais disponíveis, sem causar impactos significativos para os ecossistemas.

---

<sup>2</sup> As roçadeiras movidas a motor a diesel foram distribuídas pelo governo estadual nos anos de 1980, numa tentativa de modernizar o campo.



### Referências bibliográficas

- Caporal, f. r., paulus, g., costabeber, j. a. (org.). agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. paulus: Brasília, 2009.
- Costa neto, c. relações entre agronegócio e agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. in: fernandes, b. m. campesinato e agronegócio na américa latina: a questão agrária atual. são paulo: expressão popular, 2008. p. 71-81.
- Dourado, j. a. l. papel da agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na mesorregião do alto solimões (am), brasil. in: acta geográfica, boa vista, ed. esp. geografia agrária, 2013. p. 265-276.
- Guzmán e. s. agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re" construcción de la soberanía alimentaria. córdoba, [s. n.]: 2004.
- Porto-gonçalves, c. w. a globalização da natureza e a natureza da globalização. rio de janeiro: civilização brasileira, 2006.
- Teubal m. o campesinato frente à expansão dos agronegócios na américa latina. in: paulino, e. t.; fabrini, j. e. campesinato e territórios em disputa. são paulo: expressão popular, 2008. p. 139-160.
- Thomaz junior, a. o agrohíbronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no brasil do século xxi. in: campo-território: revista de geografia agrária, v. 5, n. 10, ago. 2010, p. 92-122. dinâmica geográfica do trabalho no século xxi. (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 997p. tese (livre docência) - faculdade de ciências e tecnologia, universidade estadual paulista, presidente prudente, 2009.